

# Já crescem legumes e esperança na nova Horta Urbana Solidária de Faro

Projeto Horta N'Isso vai ajudar uma associação e as famílias carenciadas do concelho

Maria Simiris  
maria.simiris@barlvento.pt

O terraço do Mercado Municipal de Faro conta agora com cerca de 100 metros quadrados de plantações de cebolinho, alface, feijão verde, *courgettes*, tomilho, tomate, entre outros legumes.

A nova horta urbana solidária foi inaugurada na quarta-feira, 19 de junho, com a presença de Rogério Bacalhau, presidente da Câmara Municipal de Faro e José Leitão, presidente da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais (AAPACDM).

Segundo a autarquia, além do cariz social, a horta

tem como objetivo mostrar às crianças do município como se produzem determinados alimentos.

«Um projeto como este já tem vindo a ser falado desde o início do meu mandato. Perguntei a várias pessoas o que estava nos vasos e a maior parte não me soube responder. Este é um dos objetivos desta horta, trazer aqui adultos e, sobretudo, crianças, e pô-las em contacto com estes produtos para que possam ver o seu crescimento e perceber que há um trabalho por trás da prateleira do supermercado. Muitos de nós não temos ligação ao meio rural e a maior parte destas pessoas nunca con-

tactou sequer com esta realidade», explicou Rogério Bacalhau, no uso da palavra.

Ainda segundo o presidente da autarquia, «há aqui um conjunto de objetivos que levaram a construir esta horta. Estamos no espaço ideal para este projeto. Lá em baixo, as pessoas podem ver nas bancas os alimentos e aqui perceber qual o seu ciclo de vida. Este edifício inaugurou em 2007 e há 12 anos que este terraço está em desuso, até hoje. Esta horta está muito bem aqui e dou os meus parabéns a quem executou a ideia».

Antes de terminar o seu discurso, Rogério Bacalhau deixou um alerta a todos os presentes.



José Leitão, Carlos Guerrero, Sandra Ramos, Rogério Bacalhau e Humberto Teixeira

«A questão da alimentação é algo assustador. Conheci uma senhora que tem uma empresa, onde estão em permanente crescimento 10 milhões de frangos. Há restaurantes em Faro que gastam, por semana, uma tonelada de batatas. Quero deixar a consciencialização como último tópico. Os recursos do planeta são limitados e temos de os saber gerir. Na alimentação consumimos números astronómicos. Diariamente, são recolhidas entre 100 a 120 toneladas de lixo orgânico na cidade e somos apenas 64 mil pessoas. Estes dados são importantes para que tenhamos consciência daquilo que estamos a fazer no planeta e o que é necessário fazer para o preservar. Espero que isto esteja sempre presente na nossa atuação», disse Rogério Bacalhau.

Já Jorge Leitão, presidente da AAPACDM, associação responsável pela manutenção da horta, começou por referir que «os nossos meninos estão muito entusiasmados. Este é um desafio que tem muito a ver com o trabalho que fazemos na preparação dos utentes para a vida profissional. São pessoas que precisam de

apoio em termos de formalização de contexto ao mercado de trabalho. Os nossos meninos já são iniciados no curso de jardinagem e têm vindo a desenvolver atividades nesse sentido. Aqui, tudo o que prepararem será destinado à associação».

À associação e não só, como alertou Sandra Ramos, presidente da empresa municipal Ambifaro, o excedente da produção reverte para famílias carenciadas do concelho, identificadas pela divisão da Ação Social.

«Portanto quanto mais produzirmos, mais ajudaremos». A presidente revelou ainda que a Ambifaro pretende começar a desenvolver um projeto com todas as escolas do concelho, já a partir do próximo ano letivo.

«A ideia é trazer as crianças ao Mercado Municipal, incentivar o consumo de legumes e explicar a importância destes produtos na alimentação, aproveitando este espaço. Vamos integrar a horta nesse projeto e deixar as crianças pôr as mãos na terra. A AAPACDM vai-nos ajudar nesse sentido. Esta é também uma parte muito importante da nossa horta».



OPINIÃO LUÍS GANHÃO | Advogado

## Só por graça...

O autor destas linhas, pela sua intervenção, como defensor oficioso, num determinado processo penal durante o ano de 2003, só agora, ou seja, passados 16 anos, viu elaborada pelo respetivo juízo criminal a nota de honorários respeitante a essa mesma intervenção, sem, contudo, direito a quaisquer juros!

Isto, a par de se estar num domínio em que, quando se é nomeado, oficiosamente, para um qualquer processo, só no final do mesmo, demore ele, apenas, uns meses ou vários anos a ter o seu término, se poder reclamar despesas suportadas e honorários devidos! Até lá, não há, pois, sequer, lugar a um pequeno adiantamento que seja por conta desses honorários e despesas...

Mas alguém se preocupa com isto, em particular os partidos políticos com assento na Assembleia da República? A tão falada ne-

cessidade da reforma da Justiça não passará, também, por aqui?

Aparentemente, muito pouco interesse revelará tal matéria.

Afinal, tratar-se-á, apenas, dos «advogados dos pobres», embora, por vezes, também de ricos, a quem um defensor oficioso poderá ficar mais barato ou, mesmo, a custo zero, do que recorrendo ao normal mercado da advocacia\* e sobre quem, amiúde, se faz recair, injustamente, o anátema de só saberem «pedir justiça».

E se, porventura, o mesmo autor destas linhas não tivesse entregue, em tempo devido, um qualquer imposto nos cofres do Estado?

Seria, tão só, confrontado, para além do imposto em falta, com um somatório de coima, juros de mora e custas do processo executivo!

Naturalmente, se em face da natureza do imposto, como, por exemplo, o IVA e montante em dívi-

da, não se visse constituído como arguido, acusado, julgado e condenado em tribunal penal!

Portugal, um Estado de Direito?

Por vezes, dir-se-ia, só por graça ou, quanto muito, um semi-Estado de Direito, neste caso, a favor duma das partes, o Estado!

\*Em processo penal, ninguém poderá ser julgado sem um defensor e, sendo assim, ainda que o arguido, pelas suas condições económicas, não possa beneficiar de apoio judiciário e não haja, por sua vez, constituído mandatário, ser-lhe-á sempre nomeado um defensor oficioso, que será pago pelo Estado ou pelo arguido (a título de custas do processo), conforme se verifique uma absolvição ou condenação, mas, em qualquer dos casos, sempre por uma oficial tabela, que, de resto, há muitos anos não é revista!

